

PROGRAMAS HABITACIONAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIZAÇÃO DE JOVENS POBRES EM DUAS CIDADES MÉDIAS

Juliana Mendes

Professora do curso de Serviço Social/UFF - PUCG – Universidade Federal Fluminense - PUCG –
Rua José do Patrocínio, nº 71, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ - CEP 28010-385
E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Clarice Cassab

Professora do DEGEO/PPGEO da UFJF – Coordenadora do NuGea – Universidade Federal de Juiz de Fora/ICH –
Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário – Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG
E-mail: clarice.torres@uff.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os atuais programas habitacionais desenvolvidos nas cidades de Juiz de Fora/MG e Campos dos Goytacazes/RJ e seus desdobramentos nas práticas sócio-espaciais dos jovens pobres. Percebe-se que os diferentes agentes produtores da habitação, em especial o Estado estão promovendo uma reorganização espacial no interior destes municípios e conseqüentemente, novas territorialidades da pobreza. Neste processo os jovens são particularmente afetados através de mecanismos que promovem sua des-reterritorialização, desafiando-os a construir novos laços de pertencimento.

Palavras-chave: Habitação; produção do espaço e juventude.

Abstract

This work has as objective to reflect about the current housing programs developed in the cities of Juiz de Fora/MG and Campos dos Goytacazes/RJ and its developments in socio-spatial practices of poor young people. It is perceived that the different agents producers of housing, in particular the State are promoting a spatial reorganization within these municipalities and consequently, new territorialities of poverty. In this process young people are particularly affected by mechanisms that promote their des-reterritorialization, challenging them to build new ties of belonging.

Keywords: Housing; production of space and youth.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões advindas de diferentes pesquisas que são desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação e que abordam a forma como a produção do espaço constrói diferentes práticas

sócio-espaciais e identidades territoriais dos jovens pobres, nos municípios de Juiz de Fora e Campos dos Goytacazes. Tais práticas são, em grande medida, o produto da ação do Estado ao implementar grandes projetos habitacionais, redefinindo, com isso, o lugar do morar.

Será enfatizado o debate acerca dos agentes produtores do espaço, com ênfase na produção da habitação pelo Estado e os processos de (des) territorialização dos jovens advindos desta ação.

A Produção do espaço

Para Soja (1993) o espaço em si pode ser um dado, mas sua organização e sentido são produto da experiência social. Por conseguinte, o espaço produzido é uma estrutura criada, resultante das condições inerentes ao estar vivo, logo, político, ideológico e estratégico.

É a perspectiva lefevriana de “produção do espaço” a que melhor expressa a concepção adotada neste trabalho. O espaço como produção emerge da relação do homem com a natureza, em que este se produz como ser genérico mediante o trabalho. Para Carlos (2012) neste processo de apropriação, a natureza, que inicialmente era a condição necessária para a realização da vida no planeta, vai assumindo a condição de criação, pois se torna resultado da atividade humana em seu processo de humanização. Desta forma, o espaço é “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2012, p. 63).

Lefebvre (1981) propõe pensar o espaço produzido a partir de três dimensões: práticas espaciais (percebido), representações do espaço (concebido) e espaços de representação (vivido). A primeira se constitui pela relação entre as ações e os objetos, portanto, entre o homem e os suportes materiais que estão no espaço. A segunda pelas formas de conceber e representar o espaço (leis, códigos, posturas, normas, mapas, planos, entre outros), que propiciam a formação de espaços dominantes. Estes teriam um caráter abstrato, servindo para homogeneizar e naturalizar as diferenças. E por fim, o espaço vivido que se constitui através das representações e práticas espaciais cotidianas.

Essa tripla dimensão permite, por um lado, alcançar os sentidos da produção e dos sujeitos produtores, reconhecendo a indissociabilidade sociedade/espaço e por outro, considerar que o processo de produção do espaço nunca se dá sem embate e conflitos entre diferentes sujeitos.

Portanto, a noção de produção do espaço, na dimensão de prática sócio-espacial, revela a contradição entre o modo como se produz o espaço e a sua apropriação pelos diferentes atores. Isso porque no modo de produção capitalista, a propriedade privada - suporte à exploração do trabalho pelo capital - (re) define o lugar de cada um no espaço. Subjuga o espaço, como condição e meio para a realização da vida social, portador de um valor de uso, ao espaço-

mercadoria, funcional às necessidades de reprodução e acumulação do capital, reforçando sua dimensão de valor de troca. Para Carlos (2012, p. 65),

a contradição fundante da produção espacial (produção social/ apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da reprodução da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se realiza na relação contraditória entre o uso dos lugares da realização da vida e os lugares produzidos como valor de troca (...).

Neste sentido, para compreender a produção do espaço, é necessário considerar os seguintes agentes sociais: o capital, o Estado e os sujeitos, que estão inseridos numa temporalidade e espacialidade do desenvolvimento capitalista. Para Corrêa (2012), a partir da ação destes agentes, o espaço é produzido, impregnado de materialidade, como estradas, bairros, centros urbanos, mas também dotado de significados, como aqueles relacionados a estética, etnicidade, etc.

Para o capital, representado nas grandes corporações monopólicas (industrial, comercial e financeiro) em articulação com os demais setores da economia, o espaço, deixa de ter apenas uma base material necessária para a produção de bens e serviços, para ser uma alternativa necessária à acumulação. Portanto, o capital se apropria do espaço, reordenando e impondo mudanças nos padrões de uso do solo.

Para isso é necessário o apoio de outro agente: o Estado, que nesta fase imperialista do capital, desempenha diferentes papéis no processo de conformação social. Estas funções podem ser compreendidas como econômicas e políticas (NETTO, 1996), pois vão desde o provimento de bens públicos e infra-estrutura física, até a garantia de direitos cívicos e sociais, que possibilitam a produção e troca capitalista.

No entanto, não se pode deixar de podenrar que ao desempenhar estes papéis, ele o faz através do jogo democrático e por isso, se torna permeável às demandas dos segmentos mais empobrecidos e explorados da sociedade, que podem incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas.

A atuação do Estado na produção do espaço, portanto, acontece via a implantação de serviços públicos e a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, capazes de beneficiar tanto empresas como diferentes parcelas da população.

Nessa relação de interesses antagônicos, é preciso destacar os sujeitos que produzem o espaço urbano através de uma prática sócio-espacial imprimindo suas necessidades e desejos vinculados à realização da vida humana. Através de suas práticas sócio-espaciais está colocada a possibilidade da transformação social, com novos usos e sentidos do espaço.

Ao se considerar as premissas apresentadas neste estudo, o desafio posto é pensar a produção das habitações sociais por parte do Estado nos municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Juiz de Fora (MG) e suas implicações nas práticas sócio-espaciais dos jovens.

Os programas habitacionais em Campos dos Goytacazes-RJ e Juiz de Fora-MG: breve aproximação

A produção da habitação não foge à dinâmica da produção do valor, uma vez que também se constitui em mercadoria dotada de valor de uso e valor de troca. No entanto, o seu valor de uso só se realiza pela articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários. No caso dos agentes imobiliários, estes somente construirão em terrenos cuja localização permita o acesso a um conjunto de bens e serviços urbanos que tornem possível habitar naquela casa. É assim que na produção imobiliária, a localização assume um grande peso como elemento de diferenciação do valor de uso da moradia.

Para que o processo de produção de moradia tenha lucratividade, ele depende da apropriação dos benefícios gerados pela diferenciação do espaço urbano em termos de equipamentos, serviços e amenidades. Por esta razão, sua produção, por parte do capital privado, atenderá, em grande medida, apenas uma parcela diminuta dos moradores da cidade, capaz de consumir as moradias que apresentam melhor acessibilidade, ofertas de infraestrutura e maior grau de amenidades. Para aqueles que não participam desse mercado, a habitação torna-se uma questão muitas vezes tratada pelo Estado pela via da instituição de grandes programas habitacionais, como o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ e o Minha Casa Minha Vida, em Juiz de Fora-MG.

Em Campos dos Goytacazes, até 1980 os prefeitos não reconheciam, como função da Prefeitura

Municipal, a intervenção na questão habitacional para a população pobre. De acordo com Póvoa (2001), esta atribuição era dos governos federal e estadual, que através do BNDS financiavam unidades habitacionais para este segmento. À prefeitura cabia uma ação pontual e emergencial, nas áreas consideradas de risco e nas favelas.

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988, houve a municipalização das políticas sociais, fazendo com que a gestão municipal tivesse uma intervenção mais sistematizada nas questões relacionadas a habitação popular. A partir de 1991, a implementação dos programas habitacionais ficou a cargo dos seguintes órgãos da Prefeitura, que ainda hoje permanecem neste processo: a Defesa Civil, que demarca as áreas consideradas de risco, a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social (denominada atualmente como Secretaria Municipal de Família e Assistência Social - SMFAS), responsável pelas visitas e seleção das famílias a serem contempladas pelos programas; a Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, responsável pela escolha das áreas e elaboração dos projetos de topografia e infraestrutura dos locais onde serão construídos os conjuntos habitacionais, e a Secretaria de Obras, que elabora os projetos de urbanização, licitação e fiscalização das obras.

Em 2005 teve início uma nova fase de investimentos nas questões habitacionais, em que a prefeitura passou executar os programas de habitação popular com recursos próprios. A partir deste momento, os programas habitacionais não utilizavam mais da capacidade de endividamento das famílias. Ou seja, as habitações eram entregues gratuitamente aos beneficiários em regime de comodato, no qual após 5 anos de efetiva ocupação do imóvel, era expedida a posse definitiva.

É importante sinalizar que esta iniciativa só foi possível em decorrência do recebimento dos recursos advindos da extração do petróleo (royalties e participações especiais). Com o aumento destes recursos, em 2010 a prefeitura criou o programa habitacional Morar Feliz, a fim de enfrentar os problemas dos moradores atingidos por enchentes e residentes às margens das rodovias e estradas.

O Decreto Municipal, n. 55/2011, que criou o Morar Feliz, estabeleceu os critérios e procedimentos para concessão das casas populares.

Art. 1. - O programa denominado Morar Feliz ou qualquer outro projeto habitacional popular instituído no Município de Campos dos Goytacazes, será regido pelos critérios e procedimentos previstos neste decreto.

Parágrafo Único: O programa de que trata o caput deste artigo compreende na construção e/ou concessão de moradias inseridas em espaços de convivência comum, compondo os chamados condomínios residenciais populares.

Art. 2. O Programa de que trata este decreto será destinado a famílias de baixa renda que residam no município de Campos dos Goytacazes há pelo menos 5 (cinco) anos e que estejam previamente cadastradas junto a Secretaria Municipal de Família e Assistência Social em estrita observância aos critérios estabelecidos no art. 3.

Parágrafo Único - Para efeito deste decreto compreende-se por entidade familiar os arranjos familiares constituídos, que ocupem o mesmo espaço físico, com renda familiar individualizada.

Art. 3. Para concessão das casas de que se trata este decreto serão priorizadas, na ordem que se seguem, as famílias que se encontrem:

I - Ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela defesa Civil Municipal;

II- Vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatórios sociassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;

III- Oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados.

O Programa foi dividido em duas fases. A primeira com a entrega de 5.100 casas até o ano de 2012 e a segunda de mais 4.900 casas até 2016, totalizando 10.000 unidades habitacionais.

Para a viabilização da primeira fase, a prefeitura realizou licitação no valor de R\$357.497.893,43. Cada unidade habitacional foi orçada em R\$ 70.097,00. No entanto, ao final se tinha conhecimento de que o Programa havia alcançado o valor de R\$ 453.932.715,89 em função dos aditivos realizados (R\$96.434.912,43).

A empreiteira vencedora da licitação foi a Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção, que se responsabilizou pela construção das 5.100 unidades habitacionais unifamiliares além da urbanização (redes de drenagem pluvial, água e esgoto e pavimentação de vias e calçadas) dos loteamentos onde estas unidades seriam construídas.

De acordo com informações no site da Odebrecht, os conjuntos foram construídos com casas geminadas de 43m², possuindo 2 quartos com piso cerâmico, 1 banheiro com azulejos, 1 sala e 1 cozinha, ambas com piso cerâmico, e área de serviço. A área total das unidades habitacionais é de 140 m², cercada e parcialmente gramada. Além disso, garantiu-se que 10% das casas

fossem adaptadas para pessoas com deficiência.

A primeira fase do Morar Feliz encerrou em dezembro de 2012, com 5.422 casas entregues, formando 12 conjuntos habitacionais. Alguns destes com aproximadamente 800 unidades, se constituindo como novos bairros. Número acima da meta estabelecida, pelo fato do programa ter incorporado a finalização de obras iniciadas pela gestão anterior à da atual prefeita.

As localizações dos Conjuntos Habitacionais foram definidas a partir das áreas desocupadas do município, sem considerar a proximidade com os locais de residência das famílias a serem beneficiadas e nem a infraestrutura dos bairros ao entorno destes conjuntos¹. Também não foram consideradas as orientações do Plano Diretor e os estudos de ambientalistas para a definição das áreas mais adequadas à construção dos conjuntos habitacionais. Fato que pode estar relacionado com a pressão do setor imobiliário no processo de expansão urbana, como demonstra estudos realizados por Gomes (2012; 2013) e Zacchi (2012). Isso gerou graves problemas que vão desde a estrutura das casas e dos loteamentos, como infiltrações advindas do solo, falta de escoamento de água e esgoto, até a falta de vagas para as crianças nas escolas próximas ao seu novo lugar de moradia, dificuldades de circulação pela cidade, pela falta de transporte, dificuldade de acesso aos equipamentos de atendimento à saúde básica e aos da assistência social. Além disso, os espaços destinados às áreas de lazer e equipamentos sociais, presentes nas plantas dos conjuntos habitacionais, continuam vazios. Dos 12 conjuntos habitacionais, apenas um conta com a escola construída em sua área de abrangência. Ainda é preciso ressaltar que as áreas destinadas aos conjuntos são afastadas do centro comercial e cultural de Campos dos Goytacazes.

Em Juiz de Fora, os dados apresentados no Plano Municipal de Habitação (2007) mostram o significativo déficit habitacional existente na cidade. Em linhas gerais são 10.169 famílias que necessitam de moradia. Dividindo por renda é possível visualizar que a parcela da população de 3 a 4 salários mínimos é a mais atingida pela falta de moradia, num total de 587 famílias. Nota-se que estes números se multiplicam quando analisada a faixa de famílias que tem a renda entre 2 a 3 salários mínimos, passando para 2.321.

¹ Apesar de, em entrevistas, os operadores do programa afirmarem que o estudo social da área onde os conjuntos foram construídos, e sua preparação para receber os novos moradores, ter sido realizado. No entanto, por exemplo, no campo educacional, muitas crianças ficaram sem escolas e muitas famílias tiveram o Bolsa Família suspenso por não conseguirem cumprir as condicionalidades devido a dificuldade de acesso a rede socioassistencial.

Por outro lado, o diagnóstico da situação habitacional de Juiz de Fora, com dados oriundos do Cadastro Imobiliário de Juiz de Fora e da contagem realizada pelo CPS/UFJF em 2006, apontou uma estimativa de 40.586 lotes vagos na cidade. É importante destacar que esse estoque de lotes vagos encontra-se localizado em áreas dotadas de infraestrutura, o que claramente indica a disponibilidade de áreas já urbanizadas propícias de serem aproveitadas de maneira mais intensiva. Contudo, tais espaços vazios, por estarem situados em áreas de interesse do capital imobiliário, com a presença de intensa rede de fixos e fluxos, não são tratados como passíveis de desapropriação, para fins de atendimento da demanda por moradia no município.

É neste cenário, marcado pelo significativo déficit habitacional e pelas pressões do mercado imobiliário, que a prefeitura de Juiz de Fora assinou com a Caixa Econômica, em 2009, o convênio para implantação do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV, com o intuito de atender parte da demanda por habitação na cidade.

O MCMV tem como objetivo a construção de unidades habitacionais através de empreendimentos destinados a três faixas de renda. Para a faixa 1 do Programa, o salário familiar deve ser de até R\$ 1,6 mil. O objetivo é garantir a aquisição de “empreendimentos na planta, para famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00, pelo FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, em parceria com o Poder Público (Estados e municípios)” (CAIXA, s. data, p. 6). Para tanto, a União aloca os recursos nos municípios com base no déficit habitacional. O município cadastra as famílias enquadrando-as nos critérios definidos para o programa que então é validado pela Caixa. Concomitante a isso, as construtoras interessadas apresentam os projetos à Caixa que, após análise “contrata a operação, acompanha a execução da obra, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, contrata o parcelamento com as famílias selecionadas” (CAIXA, s. data, p. 10).

A execução das obras é realizada por construtora privada contratada pela CEF. Conforme a área do projeto define-se o número de unidades habitacionais, tendo como tipologia casa térrea ou apartamento. As casas devem ter sala, cozinha, banheiro, circulação, dois dormitórios e área externa com tanque e máquina, com área útil mínima de 36 m². Os apartamentos, sala, 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro, com área útil mínima de 39 m². O valor máximo das unidades habitacionais é estabelecido por UF/localidade e por tipologia da unidade.

A faixa 2 considera o salário familiar de até R\$ 3,275 mil e para a faixa 3 o teto de até R\$ 5 mil. Para essas faixas a Caixa financia as empresas da construção civil para a produção de habitação popular, priorizando a faixa acima de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00. Neste caso, a União e FGTS alocam os recursos. As construtoras, após terem seus projetos aprovados pela Caixa, podem então lançar e comercializar seus empreendimentos. Durante a obra a Caixa financia o mutuário pessoa física e o montante é abatido da dívida da construtora/incorporadora. Finalizada a obra a construtora/incorporadora entrega as unidades aos mutuários.

Em janeiro de 2012 foi anunciada a segunda etapa do Programa em Juiz de Fora com a construção de 2.890 moradias. Atualmente o MCMV é o principal programa habitacional do município, com previsão de atender um total de 14 mil famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos, com a construção prevista de mais de 5 mil unidades. Também MCMV tem impulsionado um aquecimento no mercado imobiliário da cidade tanto pela construção de moradias destinadas a menor faixa de renda quanto em função do significativo número de novos empreendimentos realizados em diferentes regiões da cidade, destinados a famílias com renda até 5 mil reais.

Em sua primeira etapa e em consonância com as diretrizes do Ministério das Cidades, as famílias previamente cadastradas pela Central da Casa Própria foram divididas em grupos cuja definição respeitou os seguintes critérios nacionais: famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres e famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Além destes, as famílias foram também agrupadas conforme os critérios propostos pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação: residir em Juiz de Fora há mais de dois anos; família com mais de um filho com idade inferior a 16 anos e família em situação de risco social. Considerando esses critérios, em 2011 foram cadastradas 16 mil famílias e 2.632 casas foram disponibilizadas, dessas 281 estavam no aluguel social ou em ocupações irregulares e 100 indicadas pela Defesa Civil, as restantes foram distribuídas por meio de sorteio.

O ato de habitar e o processo de des-re-territorialização dos jovens

A habitação pressupõe não apenas a existência física da casa, mas também um conjunto de fixos e fluxos que dão ao ato de habitar a dupla dimensão simbólica/

material. Sendo um objeto uma mercadoria, a habitação, é definida como o lugar onde se desenvolvem as atividades cotidianas necessárias à sobrevivência de cada um e a reprodução da força de trabalho, sendo constituída por um sentido amplo que considera o seu entorno físico, a convivência coletiva e de vizinhança. É assim que habitar pressupõe:

(...) um conjunto de ações que articula também planos e escalas espaciais (o público e o privado; o local e o global) que envolve a vida que se realiza pela mediação do outro, imerso numa teia de relações que constrói uma história particular, que é, também, uma história coletiva, onde se insere e ganha significado a história particular de cada um. A articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária da constituição do sujeito coletivo, como da constituição da vida. (CARLOS, 2003, p. 5)

Nesse sentido é que a prática socio-espacial se dá como forma de apropriação dos lugares onde se realiza a vida cotidiana em seu conjunto. A casa, portanto, envolve outros planos espaciais criando o “primeiro quadro de articulação espacial no qual se apoia a vida cotidiana” (CARLOS, 2003, p. 5). Por essa razão o espaço da habitação e o ato de habitar se revelam como criadores de uma identidade territorial.

Assim, ao tratar da identidade territorial, compreende-se assim como Haesbaert (1999, p. 172) que

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

Para Haesbaert (1999), a identidade territorial é constituída pelo processo de territorialização se realizando como um sistema de classificação (simbólica/funcional) que reforça as desigualdades e as diferenças sociais e culturais entre indivíduos e grupos. Assim, constituído por múltiplas relações de poder, o território também pode ser pensado como elemento na conformação da identidade desses jovens. Isso porque, eles vão dando sentido e significados ao espaço, re-criando “espaços de referência identitária”. Nesses espaços é onde se realizam as experiências social, política e cultural. Também aonde as práticas e representações

espaciais vão tecendo o sentimento e o significado de pertencimento em relação ao território.

Esse sentido de pertencimento, de identificação territorial, faz com que os sujeitos se reconheçam como membros de um grupo comum, de um lugar, de um território, dada a constituição de uma “consciência territorial de pertencimento”. Essa, por sua vez, se estabelece tanto através do domínio funcional-estratégico sobre um território quanto pela apropriação simbólica do espaço (HAESBAERT, 2007). Neste movimento, ainda segundo o autor, são forjadas as identificações que, por seu turno, produzem comparações e classificações construídas a partir de confrontos, por uma relação de poder espacialmente definida que distingue, classifica, separa e exclui os indivíduos e grupos identificados como não pertencentes àquele território. É assim porque identificar-se com um território significa não se identificar com outro, estabelecendo intensas disputas entre o “nós” e os “outros”.

É por esta razão que os programas habitacionais não podem ser compreendidos no sentido restrito da oferta da unidade física casa. É necessário considerar os impactos que promovem na vida das pessoas contempladas por ele, pois as desestruturas das identidades e redes territoriais implicam na perda de vínculos que se dão em duas grandezas: de proteção social (como vínculos familiares que redundam em serviços como cuidado das crianças, troca de alimentos em momentos de escassez, redes de relações que favorecem oportunidades de trabalho, etc.) e de identidades territoriais, baseadas em memórias de ocupação da cidade, de conhecimento do território, no sentido da identificação de lugares, de perigos, de encontros e possibilidades. Portanto, quando as famílias saem do seu local de origem deixam para trás suas relações sociais.

Porém, o que se percebe em ambos os programas citados neste artigo é a pouca preocupação com estes aspectos. Isso é evidente quando, por exemplo, se adota o mecanismo de sorteio como seleção das famílias beneficiadas pelo MCMV, ou agrupando em conjuntos habitacionais diferentes os moradores removidos de uma determinada área de risco, como aconteceu em alguns momentos do Programa Morar Feliz. Com isso, o poder público desconsidera os vínculos sociais e territoriais, promovendo não apenas um violento processo de des-territorialização e impulsionando a perda das identidades territoriais originárias, como contribuindo para fazer explodir novas formas de violência².

² Tem sido comum o caso de violência em muitos dos empreendimentos habitacionais em Juiz de Fora e em Campos dos Goytacazes. É ainda mais alarmante o número de jovens envolvidos.

Neste contexto, os jovens oriundos dessas famílias sofrem esse processo de ruptura com maior intensidade. A juventude é um momento em que o âmbito familiar não é mais o único onde esses sujeitos constroem seus vínculos. Eles “saem” do lugar da proteção para experimentarem outras redes de sociabilidade entrando de forma mais densa na vida pública. Durante a juventude eles constroem suas identidades e estabelecem novos vínculos sociais, com inflexões diversas, e não mais apenas a familiar.

Neste movimento, é a partir do bairro que muitos tecem os primeiros fios que comporão a teia de suas novas relações sociais. Nele os jovens se dão a conhecer e a serem conhecidos, passam a ter ainda relações com as demais instituições sociais e com o uso daquilo que é coletivo. E ao constroem seus vínculos sociais no bairro se apropriam da dinâmica, da história e dos acontecimentos cotidianos do lugar, influenciando de forma determinante na constituição de sua identidade. O bairro é uma fonte de identificação do sujeito, no caso, os jovens.

A identidade territorial é constituída por esses jovens a partir do seu bairro de origem, no momento em que entram para a vida pública e se apropriam dos espaços, das relações e instituições desse lugar, onde habitam. Para muitos deles, no entanto, o território é restrito ao seu bairro e o entorno. Deste modo, internalizam os discursos e práticas do lugar onde estão, em geral, numa condição de distinção e desigualdade a que são submetidos por serem jovens pobres.

As pesquisas apontam na direção demonstrar que os jovens que hoje residem nos conjuntos habitacionais do MCMV e do Morar Feliz tem sofrido as consequências do processo de des-re-territorialização de modo peculiar. Inicialmente, partilham e compartilham com os demais jovens do seu bairro o processo de constituição de identidade, estabelecem vínculos e relações sociais. No entanto, quando, em função da aquisição da nova casa, saem juntos com sua família, do seu bairro de origem com destino a um bairro desconhecido e até então inexistente no tecido da cidade. Neste processo, se encontram desafiados a superarem as rupturas de tudo que ficou para trás e a tentar se conectarem com o novo lugar e tudo o que ele representa. Estabelecer novos vínculos, novas relações e, sobretudo reconstituir sua identidade territorial tornam-se elementos centrais na vida desses jovens.

Estes jovens são desafiados tanto a conviverem com o outro proveniente de seu bairro de origem, quanto com aqueles que residem no novo lugar, mas tem sua procedência em outro bairro, além daqueles que já eram moradores do bairro de entorno.

Este processo de descoberta, aceitação e construção de vínculos e laços sociais não ocorre de modo simples e tranquilo. É permeado por uma série de estranhamentos e conflitos. O que produz novas questões a serem respondidas no desenrolar das pesquisas: como acontece, na percepção dos jovens, essa interação. Como eles se colocam nessa nova dinâmica territorial diante dos novos vizinhos. Como eles entendem esse processo e a predisposição dos mesmos na interação e inserção na dinâmica daquele novo lugar. E como se projetam a partir do novo bairro e desenham suas estratégias de vida partir dele.

Considerações Gerais

A questão habitacional é determinada pelo desenvolvimento do capitalismo no urbano como parte de suas contradições sociais. Pelas particularidades que a mercadoria habitação guarda em si é que o papel do Estado ganha destaque na promoção da garantia das condições para novas modalidades de acumulação favorecendo, neste campo, os empreendimentos capitalistas imobiliários e as empresas a eles vinculadas. Ao ter uma ação para subsidiar a superação da crise de acumulação, o Estado deixa de formular e executar políticas públicas universalizantes. Esse quadro exacerba a exploração da classe daqueles que vivem do seu próprio trabalho, reforçando a seletividade e segregação social.

Em ambos os municípios prevalecem à lógica de construção de novas unidades em detrimento de uma política de ocupação de imóveis vazios ou de reforma. Os Programas favorecem a construção de grandes conjuntos habitacionais, sejam de casas ou prédios, situados nas periferias urbanas, configurando, em muitos casos, um novo bairro em ambas as cidades pesquisadas. É assim que os Programas não incentivam nem a produção em áreas mais centrais e adensadas, em lotes menores e inseridos na malha urbana e na dinâmica da cidade, nem a reforma e melhoria das habitações existentes.

A lógica que os subjaz tende a promover um incremento significativo de conjuntos periféricos pressionando os seus bairros de entorno no que toca a infraestrutura e serviços públicos como saúde e educação. Para eles são deslocadas as pessoas residentes em áreas de risco localizadas em outros bairros já consolidados

da cidade e distantes do novo local de residência, o que promove a desestabilização das teias de proteção social que as famílias constroem com seus vizinhos e na sua relação com o seu local de moradia. Além disso, essas famílias são alojadas em casas de em média 42 m². Para famílias com mais de 3 membros isso significa apenas cerca de 7 m² por pessoa.

É possível arriscar dizer que os Programas MCMV e Morar Feliz tem impulsionado uma reorganização espacial interna de ambas as cidades, promovendo novas territorializações da pobreza no município e reproduzindo velhos problemas tão comuns aos programas habitacionais: o estímulo a especulação fundiária e imobiliária, acirrando os processos de segregação socioespacial, a captura privada dos interesses públicos, o desmantelamento das teias de proteção e os conflitos de identidades territoriais na cidade, expondo estas populações, em especial os jovens, a outras formas de risco e vulnerabilidade social.

Referências bibliográficas

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Cartilha do Minha Casa Minha Vida. Brasília, s. data.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. et. al. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CORRÊA, R. L. Sobre os agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A. et. al. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FERRAZ, S.M.T. Espaço e tempo: moradia e cotidiano. Textos para Leitura, Niterói, FF/FAU/Departamento de Arquitetura, mimeo., 2000.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. A noção de Totalidade nas Ciências Sociais. In: **Materialismo Dialético e Sociologia**. Lisboa: Editorial Presença [s.d].
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.
- PINTO, M. B. 2006. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. *Libertas*, v.1, n.1, p.93 - 117.
- RIBEIRO, A.C.T. Cidade, reivindicações e equipamentos coletivos. 2001. *O desenvolvimento urbano em questão*. Textos Didáticos. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.